



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — Nº 1

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 9ª REUNIÃO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1963 —

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

PRESIDENCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO:

As 15h acham-se presentes os Senhores Senadores:

Zacharias de Assumpção — Cattete Pinheiro — Sebastião Archer e Joaquim Parente (4).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão, motivo pelo qual vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

CRDEM DO DIA

Trabalho de Comissões

Encerra-se a sessão às 15h 5m.

DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão especial incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações.

14ª REUNIÃO, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE 1963

As quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores José Ermírio de Moraes, Presidente e José Feliciano, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sizônego Precheco, Vice-Presidente Aurélio Viana, Relator e Lopes da Costa. E' dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente declara aberta a Sessão solicitando inicialmente o depoimento do Sr. Dr. Arístides Germani, Presidente do Sindicato dos Moageiros do Trigo no Rio Grande do Sul. Em seguida foi solicitada pelo Senhor Presidente a exposição do Sr. Dr. José Geraldo Garcia de Souza, representante do Sindi-

cato da Indústria do Trigo do Rio de Janeiro, conforme anotações taquigráficas abaixo registradas.

Notas taquigráficas

REUNIÃO DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 1963

O SR. PRESIDENTE — Meus Senhores, esta Comissão foi criada especialmente para estudar os fatores negativos da nossa produção agropecuária na exportação e também os fatores negativos que têm contribuído para a pouca produção agropecuária no Brasil. De forma que queremos ouvir os moageiros, pois o problema do trigo é dos mais sérios. Depois do petróleo, o trigo ocupa o segundo lugar. Por outro lado, sabemos que produzir trigo não é tão difícil, pois já temos uma documentação completa de vários órgãos consultados que nos permite assim afirmar.

Começaria — se me permitem — por ouvir o representante do Rio Grande do Sul, o maior produtor de trigo no Brasil, pois que a produção, no ano passado, atingiu, mais ou menos, 2.700 mil toneladas.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Sr. Presidente, primeiramente quero informar que os moageiros não estão desinteressados no plantio de trigo. Já meu avô, desde 1885, dedicava-se à cultura do trigo, e foi ele quem pela primeira vez trouxe sementes de trigo do Uruguai. Ele percorreu vários municípios do Rio Grande do Sul — Caxias Flôres da Cunha etc. — colaborando com a primeira Estação Experimental do Trigo no Rio Grande do Sul — Álvaro Chaves. Além, ainda hoje, estamos na lavoura de trigo.

O SR. PRESIDENTE — Meus parentes.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Sr. Presidente, mas não é só o nosso caso. Há muitos outros moageiros interessados na lavoura do trigo. Peço permissão para compulsar alguns elementos que tenho, resulando do Congresso que realizamos há pouco no Sul.

(Lendo)

Exmo. Sr. Senador José Ermírio de Moraes

DD. Presidente da Comissão Especial para estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação

O Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul e de modo particularmente especial o seu Presidente, acodem com muita honra à convocação de V. Exa. e

apresentando a expressão de seu respeito à ilustrada Comissão tomam a liberdade de afirmar que representará uma alta distinção para a indústria moageira rio-grandense, valer-se desta oportunidade para oferecer a mais ampla e leal colaboração que esteja ao seu alcance.

2. Com o ânimo fortalecido por esse propósito, aqui estamos nós, no alto de cumprir conscientemente o nosso dever, hoje, perante o nobre Senador da República, como ontem conscientemente também o cumprimos, quando V. Exa. desempenhava as altas funções de Ministro de Estado para os Negócios da Agricultura.

3. Nunca será demais dizer e repetir que o incentivo à cultura do trigo é ideal que nos congrega e do qual ninguém discrepa. — O trigo apimenta a V. Exa. e a nós quise arrebata. — Os objetivos que V. Exa. colunou quando Ministro de Estado são os mesmos que o nobre Senador continua alimentando. — Os objetivos cênicos empolgaram e continuam empolgando o sentir a bem dizer unânimemente da Indústria moageira de trigo localizada no território nacional.

4. Não se encontram, porém, nobre Senador, os nossos pensamentos aniquilados que se refere aos meios concretos à consecução de tão elevada finalidade comum. Afirmou V. Exa. inclinação que o fazia partir do pressuposto de que a chave do resolvente problema estava na formulação de normas de que derivava, em linhas gerais, a obrigação de que os moinhos efetuassem o plantio do trigo. Agora, segundo o noticiário que a imprensa de três últimos dias divulgou, acredita V. Exa. que a mesma solução pode ser alcançada através de efeitos colaterais provocados por simples redução, sucessivamente gradual e progressiva, das quantidades de trigo a importar, até que a presença daquele cereal na pauta das negociações negociais de importação que o próprio Governo Federal é quem realiza, através da Carteira de Comércio Exterior seja totalmente eliminada a partir do sétimo ano de validade da lei em que se converter o projeto de V. Exa.

5. Seria imperdível, nobre Senador, que em matéria de tanta relevância e de tão profunda significação econômica para o país, deixássemos escapar essa oportunidade, enfatizando sobre a direção que tanto mereceu ser adotada com grande elevação pelo 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira, realizado em Porto Alegre de 8 a 10 de julho de 1963 e para o qual tive a honra de lhe encaminhar convite especial.

6. Afirmei a indústria moageira nacional que queia certa e importante presença de 97,4% da capa da moagem instalada no país, que é possível alcançar, por outros caminhos que não o da via compulsiva, a cogitada meta que a todos irá.

Mas é preciso criar, primeiramente, pelo menos as bases de uma infraestrutura efetiva e racional que corresponda pelo exito do empreendimento e cuja profundidade e extensão não prescindem do concurso do poder público a ser manifestado por outras formas, criando e promovendo, na esfera de seu âmbito, condições que ensejem o desenvolvimento natural de uma atividade tão importante como a dos triticultores.

7. Coube a mim presidir o referido encontro. Permito-me nesse ato de liberdade de entregar à Sua Comissão, alguns exemplares dos respectivos "Anais". Neles se encontra reproduzido com absoluta fidelidade todo o trabalho realizado com intensa paciência pelos quatro Coordenadores e pelos doze Grupos de Trabalho que foram constituídos e dos trinta membros que o plenário e seu juiz os integrantes das delegações presentes vindas das cidades de Fazenda Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

8. Inserem os anúncios que os 132 páginas 83 a 141, formando o seu catálogo técnico, dividido em itens básicos, visando a instituição de um "Fundo da Indústria Moageira para o Fomento da Triticultura Nacional". Nesse passo se acentuam as linhas estruturais das normas reguladoras do funcionamento do seu mecanismo que prevê que os recursos do "Fundic" são para fomentar a disposição de um programa técnico e racional de expansão da triticultura que compõe os seguintes aspectos: — genética — ecologia — exploração — multiplicação de sementes — programas de extensão — fertilizantes — estudo e combate às pragas e doenças — culturas parceiras, secundárias e rotacionais — orientação e direção e curadoria dos trabalhos.

9. Quanto à genética, considerou-se o de que ela precisava dispor do ponto de vista material e humano, anunciam-se em longa explanação o que uma genética bem desenvolvida pode fornecer. No campo da ecologia o 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira entendeu que era indispensável: 1) — levantar um mapa ecológico do país, sob o ponto de vista tri-

Qcota: 2) — determinar quais as áreas mais favoráveis para o trigo; 3) — determinar quais as características que deverão enfrentar as sementes a serem produzidas pela genética. Considerou também o 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira que o plano de fomento tinha que se desenvolver em dois sentidos: a) — incrementando e melhorando a lavoura existente nas zonas já conhecidas e apas para o trigo; b) — desenvolvendo a triticultura em áreas novas. Teseu, ainda, o 1º Congresso abundantes considerações promotorizando toda a matéria vasta por sinal envolvida em tais itens.

10. Procurando definir a inversão provável requerida pela implantação de uma lavoura de trigo racional, o Congresso aprovou o estudo básico que se acha nas páginas 65 a 77 dos "Anais". Concluindo ser de 200 hectares a área ideal para a lavoura-tipo, o Congresso, sob os itens Investimento — Custo e Gastos Gerais, desdobrados nos sub-itens terra, maquinaria, benfeitorias, lavração, dissecação, plantio, adubação, tratamentos contra a lagarta, o pulgão, a formiga, o transporte do adubo, calcário, inseticidas, semente, colheita, combustível, lubrificação, reparos, peças, sacaria, pessoal, seguros, inclusive contra acidentes no trabalho, realizou estudo orçamentário que dá amostras evidentes dos fabulosos recursos e meios que necessitariam ser anobilizados, depois de instituída e consolidada a infra-estrutura, supõe indispensável de qualquer política de fomento à produção agrícola e em cujo rol se alinha, como elemento fundamental, a realização de trabalhos constantes de genética, experimentação e fomento, compreendidos, todos, na esfera de atividade imanente ao poder público.

11. No acertado entendimento de que a magnitude de tais problemas é indiscutível, a indústria moageira estabelecida no país, sem meios, por si, de equacioná-los com a profundidade e a amplitude que sómente cabem na dilatada esfera de ação do poder público, manifestou-se disposta a correr para a formação do "Fundo da Indústria Moageira para o Fomento da Triticultura Nacional", a ser constituído mediante o desembolso de certa quantia incidente por tonelada de trigo importado, cobrada pelo Banco do Brasil S. A., no ato do pagamento de ônus pelo moelho recebedor de cada lote de trigo importado e o que é o mais importante — em hipótese alguma aquela desembolso poderia ser considerado despesa normal dos moinhos, representando, pelo contrário, uma doação a figurar sob tal título na escrita de cada participante.

12. Com o fito de definir os conceitos e as noções que informaram as conclusões assentadas, endossou, na íntegra, o Relatório do 1º Grupo de Trabalho — Aspectos Agrícolas, da 1ª Comissão — Trigo, convindo que se reproduzam, por sua expressividade, os seguintes trechos:

"A indústria não só se interessa pelo trigo nacional, por motivos patrióticos e para aliviar a balança de pagamentos da Nação — mas a indústria — visando a estabilidade e tradição e não apenas lucros, ainda que legítimos, sempre se interessou pelo trigo nacional pela simples razão de sua sobrevivência. A evolução atual do abastecimento do trigo e sua permanente escassez exigem que para o bem-estar do povo este problema seja serenamente decidido agora". (Pág. nº 79).

"A indústria moageira nacional entende que não serão providências comunitárias, nem im-

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHIEF DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHIEF DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS

Capital e Interior

Semestre	Cr\$ 60,00	Semestre	Cr\$ 89,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Posições, os meios que resolverão os problemas da triticultura nacional. Mas a análise objetiva de todos os fatores e o estabelecimento de um plano ordenado e exequível sem os quais não só não resolverão nem produzirão efeito, como ainda, introduzirão novos fatores de desânimo, desequilíbrio e fracasso.

— A indústria moageira nacional estima preferível proceder com mais lentidão, se necessário, porém assentando bases firmes que garantirão o progresso futuro e estabelecendo um plano coerente e exequível e a ele continuar prestando seu apoio decidido e integral, através de um órgão privado que a represente para assim garantir não só a sua unidade de propósito e ação, como ainda permitir uma colaboração mais eficiente com a unidade de propósito e ação da área governamental".

— A indústria moageira tem a firme convicção de que atendidas essas premissas pelas quais, aliás, vem trabalhando há muito tempo, conseguir-se-á que o trigo nacional se torne, finalmente, a realidade, que os mais altos interesses da Nação estão a reclamar". (Pág. 80).

— A indústria moageira tem a firme convicção de que atendidas essas premissas, pelas quais, aliás, vem batalhando há muito tempo, conseguir-se-á que o trigo nacional se torne, finalmente, a realidade, que os mais altos interesses da Nação estão a reclamar". (Pág. 80).

— Aqui, então, avulta, patentemente, profunda dissimilitude entre o caminho pelo qual a indústria optou no seu conclave e a trilha em que

V. Exa. houve por bem colocar o seu projeto. — Realmente, enquanto o certame entendeu que o trigo importado oferecia a viabilidade de fornecer, pela forma indicada recursos que poderiam beneficiar bastante o fomento, a genética, a experimentação, etc. o respeitável projeto corta pela raiz o raciocínio que conduziu os representantes da expressiva maioria de 97 4% da capacidade de moagem instalada no país, isto sem falar nas implicações que o contraste revela e das quais a mais importante é a de que o desaproveitamento da importação de trigo, como fator de arrecadação para o fundo, retira do sistema preconizado uma peça fundamental para o seu bom funcionamento.

— Talvez que a não suficiente concentração de recursos na realização de um trabalho cíclópico, visando a produção de sementes das variedades indicadas, seja uma das causas a que se deva o malogro continuado da safra de trigo no Rio Grande do Sul. — A carência de sementes, pelo menos dentro do que se associa no trinômio qualidade-quantidade-variedade, é fato notório e conhecido. — O problema se acha configurado na Portaria nº 429-BR, de 19 de dezembro de 1960, baixada pelo Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, não tendo sido possível encontrar o Diário Oficial de 14 de dezembro de 1960, que a publicou. — De qualquer maneira, é útil assinalar que as lavouras de trigo no Rio Grande do Sul já cobriram área que chegou a ser um milhão de hectares, ficando reduzida a mais ou menos 280.000 hectares, segundo informação do Sr. Chefe do Serviço de Agrônomos Regionais da Diretoria de Produção Vegetal, transmitida no ofício nº 150-63, de 18 de março de 1963, do Exmo. Senhor Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul. — De outro lado, quanto é esse Estado conte com

grandes reservas calcáreas, a produção em 1960, não chegou a 16.000 toneladas, quantidade que representa apenas meio por cento das necessidades teóricas, tendo em vista que 78% dos seus sólos apresentam elevada acidez. — A continuidade de períodos climáticos adversos — e, nesta safra, o fenômeno se repetiu — favoreceu o acúmulo de inócuos de giberela e septória durante o desenvolvimento crítico da planta, fato que produziu influência degenerativa na sanidade da semente e do próprio trigo colhido com vistas ao seu aproveitamento industrial.

— Todos esses aspectos de marcante e inegável importância, que se entendem e entrosam na configuração física da infra-estrutura com que precisa contar a atividade tritícola, mereceram de eminentes coetáneos seu, o Sr. Dr. Armando Monteiro Filho, cuidados especiais que culminaram na elaboração do Plano de Experimentação e Fomento da Cultura do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul. — O Grupo de Trabalho criado para estudar a aplicação dos recursos propiciados pelo Ministério da Agricultura, consignou em Relatório a incontestável verdade de que "O conhecimento científico do solo deve constituir a base de todo o planejamento nacional da agricultura" — e acrescenta, ainda, que "um estudo sistematizado do solo do Estado, que será obtido através do levantamento edafológico recém iniciado, sabendo-se o suficiente para afirmar que o mesmo apresenta grande variabilidade, o que torna os estudos de fertilidade mais complexos e trabalhosos".

— Pode-se dizer, então, que a produção de trigo envolve uma série imensa de problemas correlatos, desde a pesquisa que identifica as linhagens com as condições mesológicas grandemente mutáveis no Rio Grande do Sul, a formação da semente, da cultura, a colheita, o armazenamento, o transporte, o consumo, além de outras sérias questões que também se interligam, como a escolha da terra, o financiamento, os corretivos, os adubos, os fertilizantes, os implementos agrícolas a mão-de-obra. — O equacionamento e o estudo desses problemas, e os fundamentais se encontram há muito anos colocado sob a responsabilidade da administração pública, numa ordem racional de tratamento prioritário determinado pela técnica e pela ciência, devem, necessariamente, anteceder a quaisquer medidas outras que visem a intensificação do plantio do trigo, sob pena de que se ampliem as dimensões do insucesso que tem corrado tanto esforço empregado e tanta energia criadora dispendida inutilmente.

— Nossas condições, um rígido esquema de redução das importações de trigo, quando ainda representa uma incógnita a efetiva possibilidade de que se produza um contingente da ordem de 2.700.000 toneladas — a produção do ano passado não alcançou a casa das 250.000 toneladas e, na safra deste ano, há estimativas que consideram sumamente difícil atingir sequer 200.000 toneladas de trigo nacional — será quase o mesmo que privar o povo de um alimento básico de sua dieta cotidiana. — Nada ilustra melhor o cabimento desta assertiva, do que a compra recente de enorme quantidade de trigo, por parte da Rússia. — De sua condição de grande potência mundial, não se compreenderam as condições mesológicas que lhe frustaram a esperança da safra, abrindo lugar aos maiores embarques de trigo da história, destinados a países que registra agradável avanço técnico aplicado há anos nas práticas da agricultura soviética.

— Estamos certos de que V. Exa. e os ilustrados membros da Comissão que preside, saberão compreender a

franqueza bem intencionada desta exposição, feita por quem é desabitado de qualquer atributo para ladear as questões que o seu dever lhe põe à frente. — Estamos certos de que o acendado e périto público de Vossas Excelências e a isenção de ânimo que os deve caracterizar, preferem a linguagem clara que marca as posições, enseja e facilite o debate construtivo que se fixa nos pontos essenciais carecedores de elucidação por todos os presentes, para ver se mesmo no esclarecido discernimento de V. Exa., o projeto em causa já não se apresenta só o colorido de uma arriscada expectativa.

Com prazer, são êsses Exmos. Señor Presidente e senhores Senadores, os termos em que permaneceremos intimamente ao dispor de V. Exas.

Porto Alegre, 21 de novembro de 1963. — Aristides Amadeo Germani, Presidente.

Exmo. Sr. Senador José Ermírio de Moraes.

DD. Presidente da Comissão Especial para estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação.

O Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul e de modo particularmente especial o seu Presidente, acodem com muita honra à convocação de V. Exa., e, apresentando a expressão de seu respeito à ilustrada Comissão, tomam a liberdade de afirmar que representarão uma alta distinção para a indústria moagira rio-grandense, valer-se desta oportunidade para oferecer a mais ampla e leal colaboração que esteja ao seu alcance.

2. Com o ânimo fortalecido por esse propósito, aqui estamos, pois, no afan de cumprir conscientemente o nosso dever, hoje, perante o nobre Senador da República, como ontem conscientemente também o cumprimos, quando V. Exa. desempenhava as altas funções de Ministro de Estado para os Negócios da Agricultura.

3. Nunca será demais dizer e repetir que o incentivo à cultura do trigo é ideal que nos congrega e do qual ninguém disbere. O tema apaixona a V. Exa., e a nós quase arrebata. — Os objetivos que V. Exa. colimou, quando Ministro de Estado, são os mesmos que o nobre Senador continua alimentando. — E objetivos idênticos empolgaram e continuam empolgando o sentir a bem dizer unânime da Indústria moagira de trigo localizada no território nacional.

4. Não se encontram, porém, nobre Senador, os nossos pensamentos, naquilo que se refere aos meios conducentes à consecução de tão elevada finalidade comum. — Adotou V. Exa. inclinação que o fazia partir do pressuposto de que a chave do relevante problema estava na formulação de normas de que derivasse, em linha reta, a obrigação de que os moinhos efetuassem o plantio do trigo. — Agora, segundo o noticiário que a imprensa destes últimos dias divulgou, acredita V. Exa. que a mesma solução pode ser alcançada através de efeitos obliquos, provocados pela simples redução, sucessivamente gradual e progressiva, das quantidades de trigo a importar, até que a presença daquele cereal na pauta dos respectivos negócios de importação, que o próprio Governo Federal é quem realiza, através da Carteira de Comércio Exterior, seja totalmente eliminada a partir do sétimo ano de vigência da lei em que se converter o projeto de V. Exa.

5. Seria imperdoável, nobre Senador, que em matéria de tanta relevância e de tão profunda significação econômica para o país, deixássemos escapar esta oportunidade, silencando sobre a dissensão que tanto mereceu ser debatida com notável

elevação pelo 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira, realizado em Porto Alegre, de 8 a 10 de julho de 1963 e para o qual tive a honra de lhe encaminhar convite especial.

6. Afirmou a Indústria moageira nacional, naquele certame enaltecido pela presença de 87,4% da capacidade de moagem instalada no país, que é possível alcançar, por outros caminhos que não o da via compulsiva, a cobrada meta que a todos irmano. — Mas é preciso criar, primeiramente, pelo menos as bases de uma infra-estrutura efetiva e racional que responda pelo êxito do empreendimento e cuja profundidade e envergadura não prescindem do concurso do poder público, a ser manifestado por diversas formas, criando e promovendo, na esfera de seu âmbito, condições que ensejam o desenvolvimento normal de uma atividade tão importante como a dos triticultores.

7. Coube a mim presidir o referido conclave. — Permito-me, nessa qualidade, a liberdade de entregar à dita Comissão alguns exemplares dos respectivos "ANAIS". — Nêles se acha reproduzido com absoluta fidelidade todo o trabalho realizado com inspiração patriótica pelas quatro Comissões Técnicas e pelos dois Grupos de Trabalho que foram constituído por ilustre membros que o plenário elegeu entre os integrantes das quatorze delegações presentes, vindas dos Estados do Pará, Maranhão, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

8. Inserem os aludidos "ANAIS", nas páginas 83 a 101, formulações e considerações técnicas, desdobradas em itens básicos, visando a instituição de um Fundo da Indústria Moageira para o Fomento da Triticultura Nacional". — Nesse passo se acham lancadas as linhas estruturais das normas reguladoras do funcionamento de seu mecanismo, que prevê que os recursos do "Fundo" são para ficar à disposição de um programa técnico e racional de expansão da triticultura, que contempla os seguintes aspectos: genética — ecologia — experimentação — multiplicação de sementes — programas de extensão — fertilizantes — estudo e combate às pragas e doenças — culturas paralelas, sucedâneas e rotação — orientação e direção unificada dos trabalhos.

9. Quanto à genética, considerou-se o de que ela precisava dispor do ponto de vista material e humano, enunciando-se em longa explanação, o que uma genética bem desenvolvida pode fornecer. — No campo da ecologia, o 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira entendeu que era indispensável: 1) levantar um mapa ecológico do país, sob o ponto de vista triticola; 2) determinar quais as áreas mais favoráveis para o trigo; 3) determinar quais as características que deverão enfrentar as sementes a serem produzidas pela genética. — Considerou também o 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira, que o plano de fomento tinha que se desenvolver em dois sentidos: a) incrementando e melhorando a lavoura existente nas zonas já conhecidas e aptas para o trigo; b) desenvolvendo a triticultura em áreas novas. — Teceu, ainda o 1º Congresso, abundantes considerações, pormenorizando toda a matéria, vata por sinal, envolvida em tais itens.

10. Procurando definir a inversão provável requerida pelas implantação de uma lavoura de trigo racional, o Congresso aprovou o estudo básico que se acha nas páginas 65 a 77 dos "ANAIS". — Concluindo ser de 200 hectares a área ideal para a lavoura tipo, o Congresso, sob os itens Inves-

timento — Custos e Gastos Gerais, desdobrados nos sub-itens terra, maquinaria, benfeitorias, lavração, díscagem, plantio, adubação, tratamentos contra a lagarta e pulgão a formiga, o transporte do adubo, cálculo de inseticidas, semente, colheita, combustível, lubrificação, reparos, peças, sacarias, pessoal, seguros, inclusive com a dívida não trabalhada, estabeleceu este orçamento que é amostras evidentes dos fabulosos recursos e meios que necessitam ser mobilizados, depois de instituída e consolidada a infra-estrutura, suporte indispensável de qualquer política de fomento à produção agrícola e em cujo rol se alinha como elemento fundamental, a realização de trabalhos constantes de genética, experimentação e fomento, compreendidos, todos, na esfera de atividade imanente ao poder público.

11. No acertado entendimento de que a magnitude de tais problemas é indiscutível, a indústria moageira estabeleceu no país, sem meios, por si, de equacioná-los com a profundidade e a amplitude que somente cabem na diatada esfera de ação do poder público, manifestou-se disposta a concorrer para a formação do "Fundo da Indústria Moageira para o Fomento da Triticultura Nacional,"

O SR. PRESIDENTE — Para nosso governo, esse Fundo é criado com uma contribuição de quanto?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Vamos chegar lá; não dá o valor, mas dá a origem.

"Então, o Fundo seria constituído mediante o desembolso de certa quantia incidente por tonelada de trigo importado cobrada pelo Banco do Brasil, S.A., no ato do pagamento do trigo pelo moinho receptor, de cada lote de trigo importado e, o que é o mais importante — em hipótese alguma, aquêle desembolso poderia ser considerado despesa normal dos moinhos, representando, pelo contrário, uma doação a figurar sob tal título na escrita de cada participante."

O SR. PRESIDENTE — Não ficou determinada a quantia ainda?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Ainda não.

O SR. PRESIDENTE — Isso devia ter sido na ocasião para ganhar tempo.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Está na dependência de uma assembleia geral que se realizará no dia 15 ou 20 de dezembro em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — O senhor poderia me enviar um telegrama? Se o senhor realiza uma reunião e não determina logo o que será feito, isso fica para amanhã, para depois... Não temos dinheiro, o País está sem rendas. O que o Brasil exporta cai de preços todos os dias com exceção do café devido à geada.

Vamos tomar como exemplo o caso do manganês que antigamente era em cinquenta dólares hoje está a 25. O minério de ferro de 18 dólares está a 9.

Sentimos a vontade ver o Brasil ficar cada dia menos na dependência do exterior. Quem não tiver recursos próprios e depender só de importação, ficará sujeito exclusivamente aos tristes internacionais que manobram, por intermédio de seus departamentos de comércio, o que vendem.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Mas, como estava dizendo ilustre Senador, referia-me ao 1º Congresso Nacional da Indústria Moageira...

O SR. PRESIDENTE — O meu ponto de vista é no sentido de estabelecer logo a contribuição pelo seguinte: o senhor lembra quando eu estive no Ministério, quando o senhor

estava presente, o Selmi-Doi e outros disseram que iam criar um fundo especial para esse assunto. Eu falei com a notícia, porque acho que esse é o caminho a seguir. No entanto, não foi em maio ou abril. Hoje em dia o que encontro no ano passado é que o País não é só o País. Os senhores são patriotas, têm que ter patriotismo e defender o País, fornecendo alimentos. Somos estar na dependência do exterior. Poderíamos fazer como a Jugoslávia, que quadruplicou a sua produção por hectare. Não podemos ficar atrás de ninguém; somos patriotas, temos que realizar algo de urgente para que não fiquemos na dependência de谁 para alimentação.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Perfeito.

De maneira que realizamos o Congresso de 8 a 10 de julho de 1963, onde ficou estabelecido a criação da Associação Brasileira dos Moageiros.

O SR. PRESIDENTE — Como temos a Associação do Cimento essa funcionou rapidamente. Hoje existem dezenas de milhões de cruzeiros para encinar o uso do cimento. Então, tem que ter a associação, a fim de que se dê à Nação um enunciamento técnico a altura. Isso é que esperamos que a gente do trigo faça.

De maneira que desejamos ver justamente isso dentro desse campo de independência econômica que tanto o senhor com nós sonhamos.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Não tem dúvida.

Além do valor do trigo, que certaria o mínimo, haveria uma taxa que seria revertida para o Fundo, sem ônus para o consumidor...

O SR. PRESIDENTE — E fazem bem.

O SR. ARISTIDES GERMANI — ...considerando a despesa normal para os moinhos, representando uma comissão a figurar sobre o erminado total na escrita do participante.

"12. Com o fito de definir os conceitos e as noções que informaram as conclusões assentadas, endossou na íntegra, o Relatório do 1º Grupo de Trabalho — Aspectos Agrícolas da 1ª Comissão — Trigo, convindo que se reproduzem, por sua expressividade, os seguintes trechos:

"A Indústria não só se interessa pelo trigo nacional, pelo motivo patriótico e para aliviar a balança de pagamentos da N.R.P. — mas a indústria — visando a estabilidade e tradição e não apenas lucros, ainda que legítimos, sempre se interessou pelo trigo nacional, pela simples razão de sua sobrevivência. — A evolução atual do abastecimento do trigo e sua permanente escassez exigem que para o bem estar do povo, este problema seja seriamente decidido agora". (Pág. nº 79)

"A indústria moageira nacional entende que não serão providências comunitárias, nem impérios, os meios que resolvem os problemas da triticultura nacional. — Mas a análise objetiva de todos os fatores e o estabelecimento de um plano ordenado e exequível, sem os quais não se resolvem, nem produzem efeito, como ainda, introduzirão novos fatores de desânimo, desequilíbrio e fracasso".

"A indústria moageira nacional estima preferível proceder com mais lentidão, se necessário, porém assentando bases firmes que garantem o progresso futuro e estabelecendo um planejamento e exequível e a ele continuar prestando seu apoio decidido e integral, através de um órgão privado que a represente, para assim garantir não só a sua unidade de propósito e ação, como

ainda permitir uma colaboração mais eficiente com a unidade de propósito e ação da área governamental".

"A indústria moageira tem a firme convicção de que atendidas essas premissas, pelas quais, aliás, vem batalhando há muito tempo, conseguir-se-á que o trigo nacional se torne, finalmente, a realidade, que os mais altos interesses da Nação estão a reclamar". — (Pág. 80)

13. Aqui então, avulta, patenteamente, profunda dissimilitude entre o espírito pelo qual a indústria optou no seu escrúpulo e a trilha em que V. Exa. houve por bem colocar o seu projeto. Realmente, enquanto o certame entendeu que o trigo importado oferecia a viabilidade de fornecer, pela forma indicada, recursos que poderiam beneficiar bastante o fornecimento, a genética, a experimentação, etc., o respeitável projeto certa pela raiz o racional que conduziu os representantes da expressiva maioria de 97,4% da capacidade de moagem instalada no país. Isto sem falar nas implicações que o contraste revela e das quais a mais importante é a de que o desaproveitamento da importação de trigo, como fator de arrecadação para o fundo, retira do sistema pereconizado uma peça fundamental para o seu bom funcionamento.

14. Talvez que a não suficiente concentração de recursos na realização de um trabalho ciclopico, visando a produção de sementes das variedades indicadas, seja uma das causas a que se deva o malogro continuado das safras de trigo no Rio Grande do Sul. A carência de sementes, pelo menos dentro do que se associa no trinômio qualidade-quantidade-de-variedade, é fato notório e conhecido. O problema se acha configurado na Portaria nº 429-BR, de 1.12.1960, baixada pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, não me tendo sido possível encontrar o *Dário Oficial* de 14 de dezembro de 1960, que a publicou. De qualquer maneira, é útil assinalar que as lavouras de trigo no Rio Grande do Sul já cobriram área que chegou a ser um milhão de hectares, ficando reduzida a mais ou menos 280.000 hectares, segundo informações do Sr. Chefe do Serviço de Agrônimos Regionais da Diretoria de Produção Vegetal, transmitida no ofício nº 180-63, de 18 de março de 1963 do Exmo. Sr. Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul. De outro lado, conquanto esse Estado conte com grandes reservas calcáreas, a produção em 1960, não chegou a 16.000 toneladas, quantidade que representa apenas meio por cento das necessidades teóricas, tendo em vista que 78% dos seus solos apresentam elevada acidez. A continuidade de períodos climáticos adversos — e, nesta safra, o fenômeno se repetiu — favoreceu o acúmulo de inócuos de giberela e septófia durante o desenvolvimento crítico da planta, fato que, prejudicou influência degenerativa na safrinha da semente e do próprio trigo colhido, com vista ao seu aproveitamento industrial.

15. Todos esses aspectos de magnitude e inegável importância, que se entendem e entrosam na configuração física da infra-estrutura com que precisa contar a atividade tritícola, mereceram de eminentes convidados seu, o Sr. Dr. Armando Monteiro Filho cuidados especiais que se ministraram na elaboração do "Plano de Experimentação e Fomento da Cultura do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul". O Grupo de Trabalho criado para estudar a aplicação dos recursos promovidos pelo Ministério da Agricultura, conseguiram, em Relatório a incontestável verdade de que "O conhecimento científico do solo deve constituir a base de todo o planejamento nacional da agricultura", e, consequentemente, ainda que "um estudo sistematizado do solo do Estado, que

será obtido através do levantamento edafológico recém iniciado, sabendo-se o suficiente para afirmar que o mesmo apresenta grande variabilidade, o que torna os estudos de fertilizantes, digo, de fertilidade mais complexos e trabalhosos".

16. Pode-se dizer, então, que a produção do trigo envolve uma série inerente de problemas correlatos, desde a pesquisa que identifica as linhagens com as condições meteorológicas grandemente mutáveis no Rio Grande do Sul, a formação da semente e da cultura, a colheita, o armazenamento, o transporte, o consumo, além de outras séries questões que também se interligam como a escolha da terra, os financiamentos, os corretivos, os adubos, os fertilizantes, os implementos agrícolas, a mão de obra. O aquecimento e o estudo desses problemas, e os fundamentalmente se encontram há muitos anos colocados sob a responsabilidade da administração pública, numa ordem racional de tratamento prioritário determinada pela técnica, pela ciência, devem, necessariamente, anteceder — a quaisquer medidas outras que visem a intensificação do plantio do trigo, sob pena de que se ampliem as dimensões do insucesso que tem coroado tanto esforço empregado e tanta energia criadora dispendida inutilmente.

17. Nessas condições, um rígido esquema de redução das importações de trigo, quando ainda representa uma incógnita a efetiva possibilidade de que se produza um contingente da ordem de 2.700.000 toneladas, na safra deste ano, há estimativas que consideram sumamente difícil sequer 200.000 toneladas, de trigo nacional — será quase o mesmo que privar o povo de uma alimento básico de sua dieta cotidiana. Nada ilustra melhor o cabimento desta assertiva, do que a compra recente de enorme quantidade de trigo, por parte da Rússia. De sua condição de grande potência mundial, não se compreenderam as condições mesiológicas que lhe frustaram a esperança da safra, abrindo lugar aos maiores barquões de trigo da história, destinados a país que registra agradável avanço técnico aplicado há anos nas práticas da agricultura soviética.

18. Estamos certos de que V. Exa. e os ilustrados membros da Comissão que preside, saberão compreender a franqueza bem intencionada desta exposição, feita por quem é desabitado de qualquer atributo para lidear as questões que o seu dever lhe põe à frente. Estamos certos de que o acendrado espírito público de V. Exas. e a isenção de ânimo que os deve caracterizar, preferem a linguagem clara que marca as posições, ensaja e facilita o debate construtivo que se fixa nos pontos essenciais correlatos de elucidação para todos os presentes, para ver se, mesmo no entanto do discernimento de V. Exa., o projeto em causa já não se apresenta sob o colorido de uma arriscada experiência.

Com prazer, são esses, Exmos. Srs. Presidente e senhores Senadores, os termos em que permaneceremos incisamente ao dispor de V. Exas.

Porto Alegre, 21 de novembro de 1963. — Aristides Amador Germani, Presidente".

O SR. PRESIDENTE — Dr. Germani, folgamos em saber que se tenha realizado o I Congresso Nacional da Indústria Moageira. Talvez as nossas lutas no Ministério da Agricultura tenha conduzido à realização do I Congresso e tenha trazido a conclusão de que é preciso levantar o nível dessa cultura, melhorando os fatores técnicos do trigo.

Mas, há certos pontos que eu gostaria de discutir com o prezado amigo. O primeiro deles é se a produção de trigo no Rio Grande do Sul atingiu, neste ano, a 350.000 hectares.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Este ano, a produção atingiu a 480.000 hectares.

O SR. PRESIDENTE — Vejo, então, que não é somente uma questão de semente. Se o senhor possui 480.000 hectares e adotasse o sistema da Iugoslávia, que, de 1.000 passou para 4.000, fertilizando o solo e defendendo a produção com inseticida, lógicamente a produção seria maior. A Iugoslávia estava em situação ruim e, lá, fazem tudo forçado. Temos a nossa liberdade e, com desprendimento, realizariam o em benefício da terra.

A Iugoslávia já está com uma área de 4.000 buelos por hectare. Vamos supor que o Rio Grande do Sul plantasse 500.000 hectares, com uma produção de 4.800 milhos por hectare, teria uma produção muito grande. Com 13.000 km², em sejo, 1.600.000 hectares, podia produzir o trigo necessário ao Brasil se adotasse melhores condições técnicas.

O caso da cana de açúcar é pior que o do trigo, pois necessita a cana de açúcar de 18 meses para saber se presta à industrialização. Mas, estamos plantando. Canas ruins não dão 100 toneladas por hectare, mas dão 50 ou 60, que no cômputo geral, é uma boa média.

Faco um apelo ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e a outras regiões que queiram plantar trigo, que sigam o exemplo de um conterrâneo de Pernambuco, do Moinho Pilar, que plantou às margens do São Francisco, conseguindo 2.500 quilos de trigo por hectare. É um descendente de inglês, que viu a necessidade do País e está enfrentando o problema. E nós, com 16.000 km², podemos ter uma boa média de trigo. Se preciso for, vamos apelar para a Presidência da República, vamos para a imprensa, fazendo tudo para conseguir os recursos necessários, tratores, plantadores, colheitadeiras etc., a longo prazo.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Temos um fato preponderante nesta questão, que são as nossas estações experimentais.

O SR. PRESIDENTE — Como vai o Instituto Agronegociado do Sul?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Não está aparelhado como devia. Mas, este ano, conseguiu 10.000 sacas de semente, para plantacão. Porém, continua a escassez de semente.

O SR. PRESIDENTE — No Paraná, descobriu-se duas novas qualidades de sementes, a "mundo velho" e "curitiba", mas é preciso aumentar esse número.

O SR. ARISTIDES GERMANI — No Congresso da Indústria Moageira não tratamos sómente dos problemas técnicos da indústria, mas também dos fatores de produção, como fertilizantes, sementes etc.

O SR. PRESIDENTE — É o caso certo a seguir. Já deveriam ter convocado uma assembleia geral, marcando a data de constituição, desse dia em diante. O tempo está passando.

A Rússia, neste caso, não teve chuvas; houve diminuição muito grande de colheita. Ela está vendendo o seu ouro 300 milhões de dólares de ouro metálico e comprou trigo. Portanto, eles têm defesa dentro de casa. Nós não temos e vivemos a medir o erro de não do pagamento de dívidas.

O segundo ponto é o seguinte: quando no Ministério da Agricultura, bairamos bairaria mandando colocar 8% de milho, 7% de raspa e 1 ou 2% de soja em cada mil e farinha de trigo. Ficou na dependência apenas de uma peneira, que seria instalada nos moinhos.

O SR. ARISTIDES GERMANI — No meu moinho fizemos a transformação, está parado agora, por falta de milho.

O SR. PRESIDENTE — E o ponto a que quero chegar. Os Sindicatos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro sabiam qual a produção de milho, no País, pois a estatística foi conhecida em março. Exportamos milho que não deram 1.000 cruzeiros por saca, enquanto poderíamos pagar ao produtor a 2.200, 2.600 cruzeiros a saca. Isto porque houve desculpa e má vontade.

O SR. ARISTIDES GERMANI — O que houve foi o seguinte: a indústria do Rio Grande do Sul relacionou as suas necessidades ainda em março, para o ano de 1963, que encaminhou para o Banco do Brasil. Este não reservou aquela quantidade solicitada.

A própria SUNAB comprava o milho a 600 cruzeiros e o vendia ao produtor, para exportar, comprando-o novamente a 1.000 cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE — E isto que eu gostaria que os produtores de trigo dissessem à Nação. O milho é melhor alimento que o trigo, é uma questão somente de moagem fina.

Examinemos a rotação de colheita. O Rio Grande do Sul a estudou a fundo. Com ela, as pragas desaparecem em grande parte.

Tornar-se um centro de produção maior por hectare, que tenha conhecimento técnico, contratamento, com silos e de vários setores ligados à produção.

E preciso considerar a rotação das colheitas e a falta de equipamentos.

Sei que, no relatório lido, fala-se até no número de tratores, de que se precisa. Temos que comprar tudo isto e vendê-lo a longo prazo. Sei também que há grande deficiência de fertilizantes no Rio Grande do Sul neste ano.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Principalmente os de importação.

O SR. PRESIDENTE — Costaria que o Dr. José Garcia nos informasse sobre a Associação Brasileira dos Moageiros.

O SR. JOSÉ GARCIA — Tenho instado junto aos meus colegas para que rapidamente completemos o trabalho da nossa Associação. Infelizmente, ainda não recebi as informações que pedi da França sobre as experiências realizadas na África do Norte. Sabemos, no entanto, que, naquela região, a França procedeu ao incremento da cultura tritícola, selecionando e cultivando variedades de sementes. Cada área experimental apresentava as mais diversas condições, para que a experiência se tornasse o mais diversificada possível. Os resultados já começaram a ser divulgados, através de uma propaganda bem feita, que desperte o interesse do agricultor.

Queremos utilizar todo esse conhecimento no Brasil, porque essas tritícolas genéticas de seleção de sementes são devidamente caras. Estamos voltando para o Vale do São Francisco, onde a região tem demonstrado grande possibilidade para a produção tritícola. Vamos recrutar agricultores nos litorâneos e caribeiro plantando trigo. Encorajaremos os agricultores a ensinar através de filhos.

O SR. PRESIDENTE — O Ministério da Agricultura na minha opinião, organizou completo laboratório de filmagem que poderá ser útil e gratificante, aproveitado pela sua Associação.

O SR. JOSÉ GARCIA — Aproveito a oportunidade para prestar esclarecimentos sobre as dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento econômico do Brasil, e a ALAIC. Temos que admitir que, dentro de um prazo relativamente curto, a indústria brasileira abarrotará o mercado sul-americano com liquidificadores automóveis, etc., de tal forma que a Argen-

tina e o Uruguai terão que pedir a inclusão de vários produtos brasileiros nesse Acordo econômico.

O SR. PRESIDENTE — Não vamos nos preocupar ainda com o caso.

Agora, gostaria de saber do Sr. Aristides Germani em quanto entra a terra como fator de produção.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Sr. Presidente, desconheço este particular, porque, além da terra, temos que considerar o adubo, a cércia etc.

O SR. JOSÉ GARCIA — Sr. Presidente, poderemos entregar à Comissão os estudos que possuímos a respeito do custo de uma lavoura. Mas, podemos afiançar que a semente é o fundamental.

Recentemente, estudamos as causas do decrescimento na produção do trigo e verificamos que a principal era a perda do valor das sementes, uma vez que os trabalhos genéticos não foram continuados. Pensamos que o Brasil, durante determinado tempo, deveria importar sementes, pois que isso é carente.

O SR. PRESIDENTE — Se nós importamos tanta coisa lá de fora, deveríamos também fazê-lo com relação a sementes para o plantio.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Se me permite, vou declarar o seguinte. No Ministério da Agricultura, em anos passados, se fazia muita política num órgão essencialmente técnico. Isso, infelizmente aconteceu.

O SR. PRESIDENTE — Esta Comissão está à disposição de todos aqueles que quiserem levar um programa sério de produção de trigo no Brasil avante. Estamos aqui, vamos ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco do Brasil, onde se faça necessário.

Se se manifestar isto que o Dr. Geraldo Garcia acaba de dizer, então estaremos perdidos. Então é uma calamidade pública, é uma destruição, pois isto custou bilhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — Uma autofagia.

O SR. PRESIDENTE — Compete ao senhores, meus amigos, levar isto adiante, de uma maneira firme, decidida e irreversível. Só assim teremos alguma coisa para defender.

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — Não vamos ajudar os senhores, não, vamos pedir que nos ajudem porque hoje nosso problema é vital. Nossa indústria perecerá, se não estudarmos o problema da produção.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão estuda os problemas agrícolas e seus efeitos negativos na exportação. Só na exportação, sabemos coisas pelas quais inferimos que o Brasil precisa se organizar.

Dessa agradecer a exposição do Dr. Germani. A Comissão fica satisfeita.

As sementes italianas não deram trabalho à Iugoslávia. Não tiveram de fazer pesquisas, levaram a São George, Pastore e Fortunati e hoje estão com 4.000 quilos por hectare. Meu risco é que as áreas muito grandes, produzindo pouco, levem ao desencorajamento do plantio. Isso pode acontecer, porque hoje a técnica da agricultura é coisa relativamente simples. Foi provado que toda vez que há uma mudança de cultura, a praga dirinui.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Queria fazer umas perguntas.

Qual a forma de Administração do Fundo instituído pela Indústria Moageira — se é por intermédio de cooperativa dos produtores do trigo, organizado administrado pela Associação; qual é a forma que o I Congresso julgou mais conveniente?

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — Esse Fundo será administrado pela nossa própria Associação. A nossa Associação fará planejamento, fomento da cultura do trigo, e sua aplicação nesse sentido.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Tomos exemplo no Estado de São Paulo pelo qual as cooperativas mesmas e que estão mantendo esse Fundo, ou melhor, esses estabelecimentos de incremento, experimentação e, sobretudo, genética.

Achamos de extrema importância a forma de administração do Fundo. Se, por exemplo, a parte técnica e mesmo administrativa ficará aos cuidados da indústria ou se ficará aos cuidados da agricultura, no setor do trigo.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Pediria permissão para o Assessor, Dr. João Tamer, que foi relator no Congresso, prorrogar esclarecimentos.

O SR. JOÃO TANNER — O Congresso, quando cuidou da instituição do Fundo da Indústria Moageira para Fomento da Triticultura Nacional, traçou linhas gerais como aquelas que deveriam ser levadas em conta no funcionamento da associação, e que seriam como que normas de um protocolo para reger o funcionamento e organização desse Fundo.

Dentro dessas linhas gerais, está dito que para a administração do Fundo, os integrantes (integrantes da Associação) designarão, de comum acordo, 3 delegados administrativos e 2 delegados técnicos, que formarão o Conselho Administrativo do Fundo.

E está previsto expressamente que o Fundo será constituído mediante o aporte de Cr\$ X por tonelada de trigo importado, recebido e desembarcado por todos os moinhos do país. O aporte mencionado será cobrado pelo Banco do Brasil, no ato do pagamento pelo moinho receptor, de cada lote de trigo importado. Quer dizer, o Banco do Brasil depositará as quantias arrecadadas, numa conta denominada "Fundo da Indústria Moageira para Fomento da Triticultura Nacional". O Fundo tem plena e total autonomia; o Banco do Brasil funciona como órgão arrecadador.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Sob esse aspecto, o Congresso decidiu que a tarefa principal seria a de levantar um mapa ecológico do País, sob o ponto de vista triticólico. Levantado esse mapa, teríamos em consideração dois aspectos: a consolidação da triticultura naquelas zonas aptas, e a instituição da triticultura em zonas não triticultadas mas que, por esse mapa, se verificasse serem inadequadas. E tendo-se cuidado de se limitar, no programa de expansão da triticultura, a um milhão e quinhentos mil toneladas do trigo, para evitar que um entusiasmo maior por essa atividade pudesse influir no sentido de que outras atividades agrícolas ou rurais deixassem de ser exploradas.

Dentro destas linhas se orientou o Congresso dos Moageiros, e isto consta deste relatório, como V. Exa. e a Comissão poderão verificar.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Outra pergunta: qual o custo atual da saca de 60 kg do trigo nacional?

O SR. JOÃO TANNER — Não tenho aqui de momento a Portaria, mas se não me engano esse trigo representa, para o produtor, Cr\$ 4.300,00 por saca de 60 kg.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O Rio Grande do Sul tem experimentado a rotação do trigo com o arroz, mas culturas anuais?

O SR. ARISTIDES GERMANI — É uma experiência que está sendo tentada este ano.

O SR. PRESIDENTE — Tive informações que a melhor rotação seria a do milho e soja.

O SR. ARISTIDES GERMANI — E' praticada há diversos anos, inclusive com o milho.

O SR. JOSÉ FELICIANO — A irrigação do trigo tem o mesmo valor por gravidade e por aspersão? Qual a experiência do Rio Grande do Sul nesse sentido?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Nesse sentido não temos experiência porque o trigo não é irrigado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — A cultura do arroz é plantada na entressafra?

O SR. JOÃO TANNER — A rizicultura no Rio Grande do Sul é localizada em zonas especialmente adaptadas a esse tipo de atividade.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Em que período?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Em outubro e novembro é feito o plantio do arroz.

O SR. JOSÉ FELICIANO — De trigo?

O SR. ARISTIDES GERMANI — De abril até julho, tardivamente. Depende da zona.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Acredito que o motivo que tenha impedido a rotação, no caso do trigo e do arroz, seja exatamente a falta de preço, porque não se explica que sendo a graminea com mais ou menos a mesma exigência, possa não ter sido Sul. Deve haver um motivo principal. Acreditamos que seja o preço.

O SR. ARISTIDES GERMANI — A produção por hectare, de arroz, é o dobro da produção de trigo.

O SR. PRESIDENTE — E, também, por falta de fertilizante.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Também.

O SR. JOSÉ FELICIANO — E o preço?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Não estou bem a par, mas deve regular o dobro do preço do trigo. O arroz é mais oneroso devido à irrigação é a taipa etc.

O SR. JOÃO TANNER — É importante assinalar que é uma questão de zona. Na zona orizícola no Rio Grande do Sul, não tenho conhecimento de que se tenha tentado a plantação do trigo. O rizicultor, em regra, não é triticultor.

O SR. PRESIDENTE — Há receio, no Rio Grande do Sul, que a cultura do trigo valorize muito a terra em relação à pecuária, ou não?

O SR. JOÃO TANNER — Já houve esse receio.

Quando se instituiu a política do preço-estímulo e se pensou na mecanização da lavoura, como sucedeu, a cultura do trigo tomou uma grande parte dos campos das fronteiras, campos planos, e ai, efetivamente o trigo tomou o lugar do gado e teve efeito até no valor do arrendamento da terra. Atualmente essa situação está superada. Isso não existe mais em virtude dos insucessos da lavoura de trigo que se pode atribuir a essa falta de infra-estrutura, a começar pela falta de sementes saudáveis.

O SR. PRESIDENTE — O Senhor na qualidade de técnico o que considera base de produção por hectare no Rio Grande do Sul, de forma compensadora?

O SR. JOÃO TANNER — Confesso que não saberia responder com segurança à pergunta de V. Exa., e não sou técnico em primeiro lugar. Em segundo lugar os níveis considerados bons, no Rio Grande do Sul, em pouquíssimas lavouras tem sido atingidos.

O SR. PRESIDENTE — No ano passado a média foi de 1.300 e poucos quilos.

O SR. JOÃO TANNER — Foi um caso excepcional.

O SR. PRESIDENTE — Atualmente essa média baixou devido às flutuações climáticas, mas isso também ocorre em todos os países do mundo.

O ponto que focalizarei a seguir é muito importante para os nossos trabalhos, ou seja, iremos apresentar nos próximos dias, um trabalho sobre seguro agrícola e que interessará de resto aos Srs., pois compreenderá o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que são os locais mais indicados para tal cultura.

Os Srs. pensam que seria aconselhável a feitura de tal estudo com tais finalidades, especialmente o trigo?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Penso que é aconselhável, principalmente porque os lavradores reclamam muito a falta de assistência.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O Banco do Estado de São Paulo ajoelhou idênticas providências e verificou ser possível atender apenas a uma minima parcela de agricultores, pela falta mesma de controle da plantação durante todo o período.

O SR. PRESIDENTE — O Banco do Estado de São Paulo emprega a 17%, o Banco do Brasil, se não me engano, a 33%, e os Bancos particulares emprestam a 51%. Sendo assim, o Banco do Brasil, ainda teria possibilidade de formar imensas reservas para cobrir uma proporção bem maior do que é feito atualmente.

Os Srs. têm a média de produção por hectare em todos os países do mundo?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Infelizmente não está conosco.

O SR. PRESIDENTE — Muitos países alcançam 1.800 kg por hectare; a Dinamarca atinge a 4.000 kg.

Na base de 1.800 quilos por hectare, em larga escala, acha V. Exa. que a lavoura seria de 70.000 toneladas por tonelada?

O SR. ARISTIDES GERMANI — Muito próximo disso.

O SR. JOÃO TANNER — O ponto que acaba de ser focalizado identifica a importância da semente. E o caso de se perguntar: o trigo tem ou não mercado certo, regular? — tem ou não preço? — tem. Fortalece os dois fatores primordiais para instigar uma atividade extrema. Por que essa atividade não se realiza, por corporificação? E' por motivo de falta de trabalho do homem que exerce essa atividade? — Não.

Chegamos à semente, à genética e queremos recorrer a um exemplo, que é o sempre: vi uma lavoura ao lado da outra, uma exuberante e outra esmaecida. Perguntei ao homem: por que aí a lavoura está tão viva e aí, aí, aí, anêmica? — "Só encontrei o soro que é a semente", disse o homem. Portanto, a boa semente resiste como nós resistimos a uma gripe.

O que é preciso é que os técnicos, imbuídos de patriotismo, vão para o campo enfrentar a sapatorra e o chapéu, realizando o trabalho necessário.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Na criação dessas áreas experimentais, os senhores estão contando exclusivamente com seus próprios recursos, ou têm alguma ligação com órgãos governamentais?

O SR. JOÃO TANNER — Também contamos com órgãos governamentais, pela técnica e unificação, pois temos de obedecer a certa política.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O nosso receio é que, nessa harmonização, os setores governamentais venham prejudicar aqueles setores da iniciativa da Associação.

O SR. JOÃO TANNER — Não vejo como seria possível uma dessociação desses esforços, em virtude da magnitude da tarefa.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Por intermédio de cooperativas, por exemplo, tudo isto poderia ficar exclusivamente nas mãos dos plantadores de trigo.

O SR. JOÃO TENNER — Realmente, deve ficar.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Qualquer ingerência, qualquer participação do Governo pode levar o plano ao fracasso. Assim, a nossa adversidade é no sentido de contar sómente com seus recursos, com a sua capacidade técnica e organização naturalmente partindo daquele ponto que a experiência governamental já aconselhou.

O SR. PRESIDENTE — O Banco do Brasil tem estado atento. Quanto no Ministério da Agricultura, conseguimos 4 bilhões de cruzeiros em financiamento para a lavoura tritícola riograndense. Foi cumprido?

O SR. JOÃO TANNER — Hum bilhão de cruzeiros, sómente, pelo que tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE — Manda-mos, ainda, 600 milhões de cruzeiros para convênios com o Estado.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Foram recebidos sómente 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE — O importante é enfrentar o problema com coragem, como foi feito com o da cana-de-açúcar. Se fôssemos esperar uma cana de melhor qualidade, não haveria lavoura no Brasil. Entretanto, e vamos para o primeiro lugar. Atualmente, estamos plantando, em Pernambuco, a cana 3-X", que não atinge o melhor índice de produção. Mas, estamos melhorando a média, de forma a atingir uma produção de 100 toneladas por hectare.

Conseguimos atingir 14 milhões de sacas, em Pernambuco, mas, essa mesma área, com variedades de melhor produção, daria 22 ou 23 milhões de sacas.

O trigo está na mesma situação, não há grande variedade. Sómente o Dr. Veiga de Campos criou certas variedades, que estão sendo estudadas.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Volto a insistir sobre o campo experimental, porque o considero importantíssimo. No Estado de São Paulo, temos o Instituto Agrônomo, em Campinas. Temos o campo experimental do I.A.A., na cidade de São Carlos, no entanto, o que está resolvendo o problema, no Estado de São Paulo, são os campos experimentais das Cooperativas, principalmente na produção de sementes. É importante esse aspecto da autosuficiência, da assistência genética e da orientação técnica feita exclusivamente através dos órgãos dos produtores.

O entusiasmo do Ministro da Agricultura por um ou outro fator ou a sua dedicação a esta ou aquela região redundam em insegurança para todos os setores agrícolas. De maneira que devemos ter sempre a preocupação de autosuficiência técnica-experimental, para os diversos ramos, que não ficarão sujeitos à ação do Ministério da Agricultura, às suas preferências por esse ou aquela problema, pois podemos chegar ao ponto em que a ALALC, pelo orientação dos negócios nacionais verifique que a aquisição de sementes de trigo seja mais conveniente. Imediatamente, incluirá no Ministério da Agricultura e, consequentemente, a indústria moageira, que é fator elevado na riqueza nacional, ficará entregue à sua própria sorte, com uma orientação que foi refundida no Ministério da Agricultura.

O SR. JOÃO TANNER — O Congresso, referindo-se à importância da criação de sementes, aplicando a têc-

nica de seleção de variedades, diz o seguinte: (lendo)

"Tôdas as facilidades obtidas na Estação Pito-Técnica... (Nota da Taquigrafia: Não foi entregue pelo orador o livro... mas a real.) (lendo um livro)

"E quando consideramos, já depois... a produção de sementes".

Apelamos para a cooperação do particular, mesmo daquele que não está ligado à Associação.

O SR. JOSÉ FELICIANO — A SUDENE adota um critério que parece louvável. Ela distribui a semente e se torna o comprador preferencial da produção, até o limite de 50%, para redistribuir as sementes.

O SR. PRESIDENTE — Gostaria de ouvir o Dr. José Garcia sobre o que a Guanabara tem a dizer da produção tritícola nacional.

O SR. JOSÉ GARCIA — Nossa opinião está consubstanciada na emitida pelo Presidente da nossa Associação. Estamos realmente preocupados com o desenvolvimento da tritícola nacional. Dentro em breve, haverá mesmo um choque de filosofia entre a Argentina e o Brasil na ALALC.

V. Exa., Sr. Presidente, deve ter acompanhado a discussão que se realiza hoje a respeito do péssego em lata. A Argentina assegura que não se deve fomentar uma indústria parasitária. Acrecentam que elas, argentinas, deixaram de plantar abacaxi no Território das Missões, porque seria uma indústria parasitária. Estamos observando, atentamente, os resultados, porque ele vai fixar a filosofia que caracteriza o Mercado Comum Latino-Americano.

Nossa produção de trigo ainda é a mais fraca, nem sequer somos autosuficientes, embora o sejamos na produção industrial da farinha-de-trigo. Temos que defender, portanto, a produção dessa matéria-prima, para que possamos contar com ela para a nossa indústria.

Quando fomos ao Congresso da Indústria Moageira, levávamos o receio das atuais responsabilidades da classe empresarial. Os homens da iniciativa privada hoje não podem de forma alguma, ser confundidos com os empresários de há meio século, pois têm conhecimento da sua responsabilidade social. Sabemos que alguém tem que industrializar o trigo, e nos propusemos a fazê-lo de maneira socialmente satisfatória. Muitas vezes, temos que penetrar em campos que não são verdadeiramente os nossos. Sabemos que, se os homens da lavoura tritícola que há tantos anos lutam para aumentar a produção ainda encontram imensas dificuldades, com certeza a nossa tarefa também será criada de empênhos. Dentro de nossa Associação, sabemos que o nosso auxílio à lavoura tritícola deverá correr paralelo ao auxílio oficial, mas não deve com ele ser confundido. O que tivermos de fazer, o faremos com as próprias mãos, com os próprios recursos.

O SR. PRESIDENTE — Permita-me um aparte e sua explicação.

Tivemos uma experiência interessante em 1933, como Presidente da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo. Reunida a Bôlsa, resolveu:

1º) criar 450 campos de cooperação, para sementes de algodão, em conjunto com o Instituto Agrônomo de Campinas;

2º) pleitear da Secretaria da Agricultura a seleção das sementes e a sua venda. Não eram para o consumo, mas para serem separadas novamente e redistribuídas entre os plantadores. Foi um sucesso fabuloso. De zero fomos para 450 milhões de quilos. Depois a iniciativa foi colocada nas mãos dos particulares e até hoje assim continua. Em 1944, a produção elevou-se a 450 milhões de quilos.

Depois a iniciativa foi colocada nas mãos dos particulares e até hoje assim continua. Em 1944, a produção elevou-se a 450 milhões de quilos.

Passemos à cana-de-açúcar. Em 1958, adquirimos uma usina em Pernambuco. Era uma calamidade. Os fornecedores não plantavam. Não adiantava fazer apelo aos homens, porque diziam que a terra não estava dando. Então, fizemos o seguinte: compramos tudo deles. "Quanto quer?". "Quero oito milhões". Paguei.

Tomei conta desse engenho: hoje está com 52.000 toneladas. Ora, são assuntos de que tenho prova na própria carne. Se não fôr liderado desta forma, nem todos têm o interesse que o industrial tem de produzir mais. Portanto, tem que liderar esse movimento, pelo menos de início, dentro de dois ou três anos, porque ai as bases da cultura, já estão estabelecidas, já se sabe quanto se ganha, já se pode ver se a rotação principal é trigo milho ou soja. O senhor terá 5.000 quilos de milho; logo depois o trigo. Vamos dizer que tenha 1.800 quilos à razão de toneladas; o senhor terá uma fortuna. O milho está chegando a mecanização em larga escala. Se o senhor tiver 5.000 quilos de milho por hectare, uma se completa a outra.

Então, vamos criar nesta terra o que tem os Estados Unidos, que fazem seu desenvolvimento agrícola em larga escala, e que de 8.000.000 de pessoas, 7.000.000 trabalham para alimentar o mundo inteiro.

Os senhores são os líderes desse movimento, tomem conta. Naquele tempo eu tinha 34 anos; fizemos a lavoura do algodão contra a vontade de todas as firmas antigas.

Lembro-me do titular de uma firma, cujo nome não vou citar porque constitui um desrespeito, pois está morto, que dizia: "O senhor está louco; o algodão não dá aqui". E deu na geadade de 18. Fizemos um desenvolvimento bonito da lavoura de algodão em São Paulo.

De forma que esse ponto é muito importante meu, senhores, tomem à frente disso, tenham força de vontade — eu sei que os senhores têm, para que futuramente tenhamos uma base técnica e econômica firme para nunca mais cair.

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — Senador, é ta é a nossa intenção. Desejamos caminhar até o ponto em que possamos chegar direto do produtor, ensinar-lhe e garantir-lhe como ganhar dinheiro com o trigo, só então é que podemos deixar o assunto na mão deles. Até este momento pretendemos caminhar com os nossos próprios pés, porque precisamos selecionar sementes, estabelecer condições de técnicos de plantio e depois chegar ao ponto de podermos nos aproximar do lavrador e dizer: "Este é o caminho que os senhores têm para ganhar dinheiro".

Não pretendemos, em absoluto, nos restringir às zonas tradicionais de São Paulo, embora pretendamos intensificar seu tratamento. Mas, não podemos, de forma nenhuma, esquecer as zonas de Goiás, Minas, São Paulo e mesmo certas zonas da Bahia, que oferecem possibilidades que terão de ser trabalhadas, atalmente, ou pelo menos terão de ser experimentadas.

Tenho um amigo francês, que é agrônomo, que produzia semente na África do Norte, e que, no momento, está pretendendo se estabelecer em Goiás, pois ele acha que é uma zona excepcional.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Temos experiências individuais em Goiás, cobertas do maior êxito, do plantio, exatamente na época da entressafra. O processo de irrigação não deu muito certo, mas a asperção da água deu um resultado fantástico.

Então, uma área que terá uma produção de 6.000.000 de sacas de arroz, no sul de Goiás, se adotado esse

processo, pode, de imediato, cobrir toda essa área do interior do Brasil, desde que 10% sirva para isso.

O SR. PRESIDENTE — Se tivéssemos as condições de Colorado, onde é preciso furar buraco para irrigar, seria pior. No entanto, hoje é uma zona produtora de trigo imensa. Eles tiveram força de vontade, foram para lá e plantaram.

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — Mas é essa força de vontade que precisamos dar aos lavradores do trigo. V. Exa. deve ter acompanhado a campanha que o Secretário de Agricultura de Minas Gerais está fazendo para o plantio do trigo. Isso demonstra que existe uma possibilidade muito grande em certas zonas mineiras.

O SR. JOSÉ FELICIANO — E sem recursos financeiros.

O SR. PRESIDENTE — Como é bonito isso! Conheço o Dr. Rezende, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais; estive comigo várias vezes. Foi recentemente aos Estados Unidos.

Essa força de vontade é que precisamos ter.

O SR. JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA — E o mesmo está acontecendo na Bahia, também. O que pretendemos é coordenar essas energias tóidas, para que se possa fazer algo. E com a convicção de que isto é vital.

O SR. PRESIDENTE — Digo que encontrarei nesta Comissão companheiros, para irmos até lá fora, inclusive viajar se preciso. Mas precisamos é acabar com essa dependência do Exterior. E só temos uma solução a adotar: é enfrentar o problema com coragem, estar em contacto com essas instituições que têm estudo sobre o assunto, trazer técnicos de fora...

O SR. JOSÉ FELICIANO — Temos o exemplo da Rússia, exatamente no setor da produção de trigo, quando logo ai depois de 30 pegou um técnico italiano e pagava a ele, por mês, naquele tempo, cento e vinte contos, com a condição não só do experimento como também da escolarização.

O SR. PRESIDENTE — O Senador José Feliciano falou uma coisa muito importante. Vamos analisar a Itália. O que é a Itália? Mussolini tomou um rumo, hoje aquela país produz oito milhões de toneladas de trigo — três vezes mais do que produzimos no Brasil — numa área pequena. Criou variedades que até a Iugoslávia foi buscar.

Ora, se temos as facilidades de sermientes da Itália, técnicos da Itália, que ali se adaptam extraordinariamente ao Brasil — há italianos aqui que são ótimos, magníficos brasileiros — temos é se privilégio de aproveitar o conhecimento dos outros. Não é milagre, não.

Se amanhã surgir outra circunstância, que as indústrias queiram exportar, elas que pecam câmbio melhor; mas, rfo vão deixar o Brasil na dependência do estrangeiro.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Temos o exemplo dos Estados Unidos, onde a agricultura contribui com 85% da sua produção na formação de proteína animal, através do leite ou carne. Quer dizer, o campo é vastíssimo não apenas para o trigo, como para todos os cereais.

O que achamos (ou essa é a grande firmeza de nossa Comissão) é que não podemos continuar com essa situação em que estamos, em que o Ministério da Agricultura, segundo já denunciavam, é um ministério da miséria em que o Governo sofre essas oscilações de orientação que ultimamente vêm se repetindo até algumas vezes por ano. E no nosso campo brasileiro, nós temos a experiência de que no campo da pecuária, aquela gado que foi sempre condenado pelos técnicos mas que, gracias à pertinácia e à iniciativa de alguns elementos

da pecuária, estamos com um resultado muito bom e que poderá ser maior quando esse ramo de atividade possa contribuir para a alimentação dos animais. Graças a uma pequena exigência do consumidor inglês tivemos uma melhoria de todo o rebanho nacional, exatamente naquela época em que elas vendidas as menores partes do sol para a Inglaterra.

A exigência do consumidor inglês fez com que a iniciativa particular tornasse-se um campo experimental em Uberaba e outras cidades ligadas à pecuária. Da mesma forma acreditamos que um organismo do ramo estabelecer aos interessados contribuirá muito em virtude de ter uma autonomia muito maior, porque se os co-criadores usaram um elemento do Ministério, esse órgão poderá usar numerosos. Temos o caso da cana que está, no momento num degrau maior e que procura auxiliar e pagar os trabalhos profissionais de um grande técnico do Governo que está para se apresentar, em Campos, e já está sendo estudada a organização de um centro que será entregue a esse técnico para, então, produzir no ramo da cana de açúcar.

O SR. ARISTIDES GERMANI — Sr. Presidente, peço permissão para que o nosso assessor, Dr. João Tammer, focalize alguns detalhes do Congresso Moageiro, que seria a complementação de nosso depoimento.

O SR. PRESIDENTE — Pois não.

O SR. JOÃO TAMMER — O Primeiro Congresso Nacional de Indústrias Moageira, e posso dizer isso porque tive participação de vários congressos do mesmo tipo, destacou-se consideravelmente das reuniões realizadas, pela excelência das conclusões e sobretudo porque resultaram de amadurecidos estudos e profunda medição.

A primeira prova é a constante da página 191, onde figura uma carta

verdadeiramente patriótica, dirigida pelo Sr. Aristides Germani, Presidente do Sindicato das Indústrias do Trigo no Rio Grande do Sul, ou praticamente, todos os 600 estabelecimentos moageiros do País. Através dessa carta, o Sr. Aristides Germani lançava a idéia do Congresso e expunha a fundamentação em que se escudava para formular o apelo que formulou e que, felizmente, foi recebida por toda a indústria, e o foi porque poucos meses depois, em julho, se reuniu em Porto Alegre 974 da capacidade de moagem instalada no Brasil.

Qual foi a tônica desse Congresso? Preponderantemente o trigo nacional! Não houve uma decisão que tivesse um voto discrepante, em tudo quanto resultou assentado no seio das Comissões Técnicas e, finalmente depois quando o plenário endossava essas conclusões.

Desse primeiro Congresso já nasceu o Segundo Congresso Nacional da Indústria Moageira que se deverá realizar em São Paulo, no próximo ano, e foi propósito da indústria moageira representada por esses 974 na sua capacidade de moagem, realizar de aqui para a frente todos os anos um congresso da mesma espécie!

Nesse instante a indústria se associa patrióticamente ao grande problema que representa, efetivamente, a triticultura no Brasil! Associaram-se de maneira a mais altamente desinteressada, se bem que profundamente interessadas nos resultados não sómente para ela mas principalmente para a economia nacional! Não se limitou a aprovar a constituição de fundos — traçou as suas normas dentro das quais as linhas onde a ação do fundo deveria ser desapropriada, notadamente com ênfase, a ponto de declarar que a doação da indústria partiu para a constituição desse fundo! Jamais poderia ser consi-

derado como despesa para a indústria moageira, vale dizer, em benefício da indústria sairá essa parcela, com essa destinação para a qual conterá a classe produtora no País!

Nesse mesmo Congresso e para de continuidade a ação que aqui se decidiu, porque entre um Congresso e outro existirá fatalmente um hiato, capaz de abafar o eco das demonstrações, decidiu o congresso criar a Associação Brasileira de Moageiros para ter âmbito nacional.

O SR. PRESIDENTE — Onde será a sede da associação?

O SR. JOÃO TAMMER — Em Brasília, segundo entendimentos que entabulamos.

O SR. PRESIDENTE — Muito bem!!! Excelente porque a associação estará perto do Congresso Nacional, dos órgãos governamentais, O SR. JOÃO TAMMER — Diria nesse rápido pronunciamento que esses anais contém verdadeiro programa de governo em termos de produção tritícola!

Com essas palavras posso encerrar a descrição que me foi mandada fazer, dizendo que, em poucas vezes, como brasileiro genuíno que sou, nascido na fronteira, tendo como tenho aquele sentimento vivo de defesa em poucos momentos, me senti tão bem, tão feliz, tão brasileiro, tão realizado como naqueles dias notáveis e ditosos da minha existência, naqueles dias pelos quais perpassaram nossos trabalhos, que culminaram na realização daquele Congresso, porque ali vimos homens que não nasceram nesta terra sagrada, mas comungam com os nossos ideais, compreendendo nos na devida forma, crescendo na nossa admiração e no nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão informa aos dirigentes desse Sindicato, já que o próximo congresso será realizado em Brasília e o Congresso Nacional estará reunido mesmo

depois do dia 15 de dezembro, que temos a maior satisfação em comprovar ao ato de sua constituição e de estar ao lado dos dirigentes das entidades tritícolas e industriais do País, acompanhando de perto, com um grande carinho, o debate desses problemas, cuja solução deve ser urgente.

A Nação atravessa dificuldades no que diz respeito à exportação. O seu volume tem aumentado, mas o preço diminui. O País precisa, por outro lado, importar matérias-primas e bens de produção para a sua indústria. Em primeiro lugar está a cultura agrícola e, depois, a produção mineral, já que não poderemos fabricar bens de consumo ficando na dependência da importação de metais. O Senado tem 4 Comissões reunidas estudando os problemas nacionais e será constituída a Comissão sobre Transportes, que é um assunto muito sério para o País. A proposta foi apresentada na semana passada e a Comissão vai funcionar imediatamente. Sem um transporte organizado, quer marítimo, ferroviário ou rodoviário nas condições em que nos encontramos, não teremos soluções para os nossos problemas. A Comissão terá de viajar, visitar portos e conhecer estradas de ferro e tomar provisões, pois todos esses problemas devem ser atacados imediatamente.

Agradecemos a presença dos Senhores neste reunião e esperamos ser úteis, na solução dos seus problemas, para, como desejamos, ter um Brasil independente, no que diz respeito à produção do trigo.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a Reunião, às dezenas horas e quarenta minutos, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ).
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guinomar Acre (sem exercício).
 3. Eugênio Barros — Maranhão.
 2. Lobão da Silveira — Pará.
 3. Eugênio Barros — Maranhão.
 4. Sebastião Archer — Maranhão.
 5. Victorino Freire (sem exercício e Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
 6. Sígfredo Pacheco — Piauí.
 7. Menezes Pimentel (sem exercício e Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
 8. Wilson Gonçalves — Ceará.
 9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
 10. Ruy Carneiro — Paraíba.
 11. Leite Neto — Sergipe.
 12. Antônio Balbino — Bahia.
 13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
 14. Gilberto Marinho — Guanabara.
 15. Moura Andrade — São Paulo.
 16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
 17. Guido Mondin — R. G. Sul.
 18. Benedito Valadares — Minas Gerais.
 19. Filinto Müller.
 20. José Feliciano — Goiás.
 21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
 22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
 2. Oscar Passos — Acre.
 3. Vivaldo Lima — Amazonas.
 4. Edmundo Levi — Amazonas.
 5. Artur Virgílio — Amazonas.
 6. Antônio Juca — Ceará.
 7. Diz-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
 9. Barros Carvalho — Pernambuco.
 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
 11. José Ermírio — Pernambuco.
 12. Silvestre Péricles — Alagoas.
 13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
 14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
 15. Améry Silva — Paraná (sem exercício e suplente, Sr. Melo Braga).
 16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
 17. Zeca das Assunções — Pará.
 2. Joaquim Parente — Piauí.
 3. José Cândido — Piauí.
 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
 5. João Agripino — Paraíba.
 6. Rui Palmeira — Alagoas.
 7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
 8. Afonso Arinos — Guanabara.
 17. Bezerro Neto.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I — DOS BLOLOS PARTIDARIOS MAIORIA

Líder:

Barros Carvalho — (PTB) — (PE).
 Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA).
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).

Lobão da Silveira — (PSD — PA).

Artur Virgílio — (PTB — AM).

Bezerra Neto — (PTB — MT).

MINORIA

Líder:

João Agripino — (UDN — PB).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger — (UDN — RS).

Mem de Sá — (PL — RS).

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

Líder:

Lino de Matos — (PTN — SP).

Vice-Líderes:

Aurélio Viana — (PCB — GB).

II — DOS PARTIDOS

PSD

Benedicto Valladares — (MG).

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE).

Sígfredo Pacheco — (PI).

Walfredo Gurgel — (RG).

PTB

Líder:

Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:

Amauri Silva (licenciado).

Vivaldo Lins — (AM).

Bezerra Neto — (MI).

UDN

Líder:

Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:

Eurico Rezende — (ES).

Padre Calazans — (SP).

Adolfo Franco — (PR).

PL

Líder:

Mem de Sá — (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA).

PTN

Líder:

Lino de Matos — (SP).

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro — (PA).

PSP

Líder:

Miguel Couto — (RJ).

Vice-Líder:

Raul Giuberti — (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Adalberto Sena (PTB).

Rui Palmeira (UDN).

Gilberto Marinho (PSD).

Cattete Pinheiro (PTN).

Joaquim Parente (UDN).

Guido Mondin (PSD).
 Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana.
 Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago.
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugenio Barros.
 José Feliciano.

SUPLENTES

1. Atilio Fontana.
 2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado).
 Dix-Huit Rosado.
 Raul Giuberti.

SUPLENTES

1. Eduardi Cataíão (*).
 2. Aarão Steinbruch.
 3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa.
 Antônio Carlos.

SUPLENTES

1. Daniel Krieger.
 2. João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Auxiliar Legislativo PL-9.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN).
 Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.
 Rui Carneiro.
 Lobão da Silva.
 Wilson Gonçalves.
 Josaphat Marinho.

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel (licenciado).
 2. Leite Neto.
 3. Benedito Valadares.
 4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
 Bezerra Neto.
 Edmundo Levi.

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo (*).
 2. Silvestre Péricles.
 3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.
 Eurico Rezende.
 Milton Campos.

1. Alfonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. Joac Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.(*) Em substituição do Senhor
Amaury Silva, como titular.Comissão
do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos.
Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico.
Lino de Matos.

SUPLENTES

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos.
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTES

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Juca

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.
Eurico Rezende.

SUPLENTES

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.
ReuniõesQuintas-feiras às 10 horas.
Secretário: Juliette Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller.
Eugenio Barros.
Atilio Fontana.
Jose Guionard (licenciado)

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar (*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Jose Ermírio
Nelson Maculan (licenciado)
Júlio Leite

SUPLENTES

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

2. ...A índice

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTES

1. José Cândido.
2. Zacharias de Assunção
Reuniões terça-feira — 16,00 horas
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

(*) — Em substituição ao Senhor José Guionard como titular.
(**) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

Comissão
de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel
(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTES

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTES

1. Vago.

2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá

SUPLENTES

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnos de Melo

Reuniões: 4^{as}-feiras — 15,00 horas.Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Preire.
Lobão da Silveira.
Sigefredo Pacheco.
Wilson Gonçalves.
Leite Neto.

SUPLENTES

1. José Guionard (licenciado)
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.
Bertria Neto.
Dix-Huit Rosado.
Pessoa de Queiroz.
José Ermírio.

SUPLENTES

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Viana.
5. Antônio Juca.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.

2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.
Dinarte Mariz
Irineu Bornhausen
Lopes da Costa.

SUPLENTES

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

P. T. B.

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTES

1. Aloysio de Carvalho.
Reuniões: 4^{as} feiras — 10,00 ho-
ras.

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão
de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel.
José Guionard (licenciado).
Raul Giubert.

SUPLENTES

1. Leite Neto (*).
2. Lobão da Silveira.

3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
Heribaldo Vieira.
Vivaldo Lima

SUPLENTES

1. Ayrton Velloso (**).
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Juca

SUBSTITUTO

1. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende
Intenio Carlos1. Lopes da Costa
4. Zacharias de AssunçãoReuniões: 4^{as} feiras às 10 horas
SUPLENTESSecretário: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo, PL-7.(*) — Em Substituição ao Senhor
José Guionard como titular
(**) — Em substituição ao Senhor
Amaury Silva como titular.

Comissão

do Polígono das Serras

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Viana
(PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves.
Ruy Carneiro

SUPLENTES

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Aurélio Viana

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo
2. Aron da Melo
3. Julio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz
José Cândido

SUPLENTES

1. João Agripino
2. Lopes da Costa

Reuniões: 5^{as} feiras — 16 horas.
Secretário: Ney Paixões Dantas,
Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
PTB.
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).
P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Cpt. E. P.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans
Júlio Leite

SUPLENTES

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4^{as} feiras às 13 horas.
Secretário: Sarah Abrão. Júlio
Leite

Comissão de Relações Exteriores
 (11 MEMBROS)
 Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
 Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PIB).
 COMPOSIÇÃO
 P. S. D.
 TITULARES
 Benedito Valladares, Flávio Müller, Jefferson de Aguiar, Aarau Steinbruch.
 SUPLENTES
 1. Menezes Pimentel.
 2. Ruy Carneiro.
 3. José Guiomard (Licenciado).
 4. Victorino Freire.
 SUBSTITUTOS
 1. José Kairala.
 P. T. B.
 TITULARES
 Pessoa de Queiroz, Viválio Lima, Eduardo Calazans.
 SUPLENTES
 1. Oscar Passos.
 2. Argemiro de Figueiredo.
 3. Antônio Jucá.
 U. D. N.
 TITULARES
 Antônio Carlos, José Cândido, Padre Calazans, Arnon de Melo.
 SUPLENTES
 1. Daniel Krieger.
 2. Eurico Rezende.
 3. João Agripino.
 4. Mém de Sá.
 Reuniões: 5^{as}-feiras — 15,00 horas.
 Secretário: Castejon J. B. P. — Oficial Legislativo, PL-6

Comissão de Saúde
 (15 MEMBROS)
 Presidente — Lopes da Costa — UDN.
 Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO
 P. S. D.
 TITULARES
 Pedro Ludovico, Sigefredo Pacheco.
 SUPLENTES
 1. Eugenio Bastos.
 2. Walfredo Gurgel.
 P. I. B.
 TITULARES
 Dix-Huit Rosado, Suplentes, Antônio Jucá.
 U. D. N.
 SUPLENTES
 U. D. N.
 Lopes da Costa, SUPLENTE
 Padre Calazans

SUPLENTE
 Raul Gilberti
 Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas.
 Secretário: Eduardo Rui Barbosa, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Segurança Nacional
 (7 MEMBROS)
 Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).
 Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PIB).
 COMPOSIÇÃO
 PSD
 TITULARES
 José Guiomard (Licenciado), Victorino Freire.
 SUPLENTES
 1. Ruy Carneiro.
 2. Atilio Fontana (*).
 SUBSTITUTO
 2. José Kairala.
 P. T. B.
 TITULARES
 Silvestre Péricles, Oscar Passos.
 SUPLENTES
 1. Dix-Huit Rosado.
 2. Vago.
 U. D. N.
 TITULARES
 Irineu Bornhausen, Zacarias de Assunção.
 SUPLENTES
 1. Adolfo Franco.
 2. Eurico Resende.
 P. S. P.
 TITULAR
 Raul Giuberti.
 SUPLENTE
 1. Miguel Couto.
 Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).
 Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

 (*) — Em substituição ao Sr. José Guiomard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil
 (7 MEMBROS)
 Presidente — Silvestre Péricles (PTB).
 Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).
 COMPOSIÇÃO
 PSD
 TITULARES
 Leite Neto, Sigefredo Pacheco.
 SUPLENTES
 1. Victorino Freire.
 2. Benedito Valladares.
 PTB
 TITULARES
 Silvestre Péricles, Nelson Maculan (Licenciado).
 SUPLENTES
 1. Edmundo Levi.
 2. Vara.
 UDN
 TITULARES
 Antonio Carlos.

Prorrogações:
 Antonio Carlos, Padre Calazans.
 SUPLENTE
 1. Dinarte Marins.
 2. Lopes da Costa.
 PL
 TITULAR
 Aloysio de Carvalho.
 SUPLENTE
 Mém de Sá.
 Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.
 Secretário: J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas
 (16 MEMBROS)
 Presidente José Feliciano (PSD).
 Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).
 PSD
 TITULARES
 José Feliciano, Sebastião Archer.
 SUPLENTE
 1. Jefferson de Aguiar.
 2. Flávio Müller.
 PTB
 TITULARES
 Bezerra Neto, Lino de Mato.
 SUPLENTE
 1. Silvestre Péricles.
 UDN
 TITULAR
 Irineu Bornhausen.
 SUPLENTE
 Zacarias de Assunção.
 Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.
 Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.
 Altera o § 1º do art. 18º da Constituição Federal.
 (Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço)
 Eleito em 21-5-62, salvo os Srs Senadores:
 Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves e Amaury Suárez, designado em 23 de abril de 1963.
 Prorrogações:
 Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.
 Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
 Membros — Partidos
 1. Jefferson de Aguiar — PSD.
 2. Lobão da Silveira — Relatório — PSD.
 3. Ruy Carneiro — PSD.
 4. Benedito Valladares — PSD.
 5. Wilson Gonçalves — PSD.
 6. Silvestre Péricles — Relatório — PTB.
 7. Rmaury Silva — PTB.
 8. O. N. 24-8-63 (S. I.) pág. 2 133
 9. Nogueira da Gama — PTB.
 10. Daniel Krieger — UDN.
 11. Lopes da Costa — UDN.
 12. Milton Campos — UDN.
 13. Ruy Palmeira — UDN.
 14. Heribaldo Vieira — UDN.
 15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
 16. Mém de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.
 — organização administrativa do Distrito Federal;
 — vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
 — regime de rendas do Distrito Federal;
 — composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
 — processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;
 — aplicação da cota do imposto de renda à finada aos Municípios;
 Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs Senadores:
 Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.
 Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.
 Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.
 Lopes da Costa — designado em 29-10-1963.

Prorrogações:
 Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61.
 Até 15-12-63 — Requerimento número 779-63, aprovado em 12-12-62.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Dá nova redação ao item II do art. 96 da Constituição Federal.
 (Irregularidade dos vencimentos dos juízes).
 Eleita em 27-6-61, salvo os Senadores:
 Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;
 Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;
 Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.
 Prorrogações:
 Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61.
 Até 15-12-63 — Requerimento número 779-63, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros.

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Ruy Carneiro — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PSD
7. Vivaldo Lima — PTB
8. Amaury Silva — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8 de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo. (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Pinto Ferreira — PSB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Amaury Silva — PTB
9. Vivaldo Lima — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Menezes Pimentel — PSD
3. Filinto Müller — PSD
4. Guido Mondin — PSD
5. Ruy Carneiro — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Barros Carvalho — PTB
8. Argemiro Figueiredo — PTB
9. Bezerra Neto — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10 de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios.

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963.

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Milton Campos — UDN

11. Heribaldo Vieira — UDN

12. Lopes da Costa — UDN

13. João Agripino — UDN

14. Eurico Rezende — UDN

15. Joséphat Marinho — PSD

16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10.5.1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15.5.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Leite Neto — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Aurélio Viana — designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12.12.1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Milton Campos — UDN

11. Heribaldo Vieira — UDN

12. Eurico Rezende — UDN

13. João Agripino — UDN

14. Daniel Krieger — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Aurélio Viana — PSD

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23.5.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Leite Neto — designado em 23.4.1963;

Josephat Marinho — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15.12.1962 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Milton Campos — UDN

11. Heribaldo Vieira — UDN

12. Joac Agripino — UDN

13. Lopes da Costa — UDN

14. Aloysio de Carvalho — PL

15. Miguel Couto — PSP

16. Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Silvestre Péricles — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- João Agripino — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Mem de Sá — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores
Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Resende
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Leite Neto — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Vago — PTB
- Togueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Campos — UDN
- Josaphat Marinho — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Resende — UDN
- Mem de Sá — PL
- Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves
Eurico Resende
Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 83-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Benedicto Valladares — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Vago — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- João Agripino — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Resende — UDN
- Mem de Sá — PL
- Júlio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1962, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Pedro Ludovico — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Benedicto Valladares — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Eurico Resende — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- João Agripino — UDN
- Mem de Sá — PL
- Raul Giuberti — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias fáctilares).

Designada em 23.4.1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Heribaldo Vieira — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Arthur Virgílio — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Josaphat Marinho — S/legenda
- Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23.4.1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Josaphat Marinho — S/legenda
- Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2.5.1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Eduardo Catalão — PTB
- Vasconcelos Torres — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
- Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20.5.1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Péricles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações.

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Humerto Neder — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugenio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Meio Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2.8.1963, do Requerimento nº 631-63, do Senador Gouvêa Vieira).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Adolfo Franco — UDN
- Aurélio Viana — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
Ruy Carneiro — PSD;
Wilson Gonçalves — PSD;
José Feliciano — PSD;
Lobão da Silveira — PSD;
Bezerra Neto — PTB;
Edmundo Levi — PTB;
Argemiro de Figueiredo PTB;
Melo Braga — PTB;
Milton Campos Presidente — UDN;
Aloysio de Carvalho — UDN;
Afonso Arinos — UDN;
Eurico Rezende — UDN;
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 581-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;
Wilson Gonçalves — PSD;
Arthur Virgílio — PTB;
Edmundo Levy — PTB;
Adolfo Franco — UDN;
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 26-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

José Feliciano — PSD;
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;
José Ermírio (Presidente) — PTB;
Lopes da Costa — UDN;
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenas Partidos.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 581-63, do Sr. Senador Gómez Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Atilio Fontana (Presidente) — PSD;
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD;
José Ermílio (Relator) — PTB;
Adolfo Franco — UDN;
Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos
José Feliciano — PSD;
Atilio Fontana — PSD;
Euzébio Barros — PSD;
José Ermírio (Relator) — PTB;
Ezerra Neto — PTB;
Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN;
Milton Campos — Presidente — UDN.

Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acérvois de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
Leite Neto (Presidente) — PSD;
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB;
João Agrípino (Relator) — UDN;
Josaphat Marinho — P — Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963 sessão extraordinária, da resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD
Vice-Presidente: Leite Neto — PSD
Relator: Eurico Rezende — UDN
Jefferson de Aguiar — PSD
Atilio Fontana — PSD
Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto — PTB
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PTB
Melo Braga — PTB
João Agrípino — UDN
Daniel Krieger — UDN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (Ineligibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

José Feliciano — PSD

Walfrido Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Raul Giuberti — Pequenas Representações.

Júlio Leite — Regrenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transiereiça para a reserva ao militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

José Feliciano — PSD

Walfrido Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Raul Giuberti — Pequenas Representações.

Júlio Leite — Pequenas Representações.